

## VIVÊNCIAS DE MULHERES LÉSBICAS NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM PSICOLOGIA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

Larissa Ferreira Nunes<sup>1</sup>  
Jamyle Maria de Sousa Gonzaga<sup>2</sup>  
Luís Fernando de Souza Benício<sup>3</sup>  
João Paulo Pereira Barros<sup>4</sup>

**Resumo:** Este estudo objetiva analisar como a produção científica do campo da psicologia brasileira tem debatido vivências de mulheres lésbicas. Trata-se de uma Revisão Sistemática de Literatura (RSL), utilizando-se do método PRISMA. Os resultados, analisados a partir de diálogos da Psicologia Social com estudos feministas, decoloniais e interseccionais, organizam-se em três blocos: a) Estudos que não demarcam o termo "lesbianidade" tendem a focar principalmente na vivência de homens gays, mesmo se propondo a estudar a realidade de toda a comunidade LGBTQIA+; b) A constituição da mulher lésbica em que famílias heteronormativas atuam como reguladoras da sexualidade de suas filhas e a violência familiar se intensifica contra as lésbicas por elas romperem com a subordinação das mulheres em relação aos homens; e c) As vivências de mulheres lésbicas são invisibilizadas na medicina e na psicologia, o qual acarreta processos de saúde-doença-cuidado invisibilizados nas políticas públicas e nas produções científicas.

**Palavras-chave:** Lesbianidade. Psicologia. Brasil.

**Abstract:** This study aims to analyze how the scientific production in the field of Brazilian psychology has discussed the experiences of lesbian women. This is a Systematic Literature Review (RSL), using the PRISMA method. The results, analyzed from dialogues between Social Psychology and feminist, decolonial and intersectional studies, are organized into three blocks: a) Studies that do not demarcate the term "lesbianity" tend to focus mainly on the experience of gay men, even proposing to study the reality of the entire LGBTQIA+ community; b) The constitution of lesbian women in which heteronormative families act as regulators of their daughters' sexuality and family violence intensifies against lesbians because they break with the subordination of women in relation to men; and c) The experiences of lesbian women are made invisible in medicine and psychology, which leads to processes of health-disease-care made invisible in public policies and scientific production.

**Keywords:** Lesbianism. Psychology. Brazil.

<sup>1</sup> Doutoranda e Mestre em Psicologia no Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará - UFC - (Bolsista FUNCAP-CE). Integrante do Grupo de Pesquisa e Intervenções sobre Violências, Exclusão Social e Subjetivação (VIESES-UFC). E-mail: [larissafnpsico@gmail.com](mailto:larissafnpsico@gmail.com).

<sup>2</sup> Psicóloga (CRP 11/18191). Mestra em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará - UFC. É psicóloga do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECA Ceará). Integrante do Grupo de Pesquisa e Intervenções sobre Violências, Exclusão Social e Subjetivação (VIESES-UFC). E-mail: [jamylemsousag22@gmail.com](mailto:jamylemsousag22@gmail.com)

<sup>3</sup> Psicólogo (CRP 11/15039). Mestre e doutorando em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). É professor e coordenador do Centro Universitário Christus (UNICHRISTUS). No âmbito da pesquisa-intervenção, é pesquisador do grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violência, Exclusão Social e Subjetivação (VIESES/UFC) e pesquisador colaborador do Instituto OCA. Email: [luisf.benicio@gmail.com](mailto:luisf.benicio@gmail.com)

<sup>4</sup> Professor do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC). Coordenador do VIESES: Grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violência, Exclusão Social e Subjetivação. E-mail: [joapaulobarros07@gmail.com](mailto:joapaulobarros07@gmail.com)

## Introdução

Este estudo é derivado de uma monografia e objetiva analisar, a partir dos resultados de uma revisão sistemática de literatura, como a produção científica do campo da psicologia brasileira tem tematizando vivências de mulheres lésbicas. Para abordar essa temática, foi necessário refletir sobre elementos constitutivos da lesbianidade no Brasil, sua influência e seus desdobramentos. Deste modo, abordamos a lesbianidade a partir da definição de Toledo e Filho (2010, p. 748), que a define como “processos de subjetivação relativos à orientação sexual e identidades política, sexual e de gênero de mulheres com relações/práticas homoeróticas que se auto-atribuem o nome lésbica ou similar”.

Lesbianidade é um termo proposto pelo movimento lésbico brasileiro, a fim de substituir o termo “lesbianismo”, que tem caráter patologizante. Inicialmente, o movimento lésbico brasileiro não teve apoio do, na época, Movimento Homossexual Brasileiro (MHB) e nem do Movimento Feminista, que não levava em consideração suas pautas e avaliavam suas ideias como radicais, chegando a afirmar que as lésbicas negam sua condição de mulher, além de silenciarem diante de lesbofobias<sup>5</sup>, como o estupro corretivo (Fernandes, 2018). Ainda hoje o movimento lésbico enfrenta a invisibilidade no Movimento LGBTQIA+<sup>6</sup> e no Movimento Feminista.

A realidade das mulheres lésbicas não é diferente no meio acadêmico. A partir da década de 1980, os estudos de gênero ganharam relevância e, nas últimas décadas, os trabalhos sobre homoafetividade também. Para Guimarães e Vieira (2011), o Brasil é um dos países onde as pessoas menos publicam, estudam e leem sobre lesbianidade. Afirmam ainda que a maior parte das pesquisas acadêmicas brasileiras que abordam o movimento LGBTQIA+ expressam a hierarquia de gênero ao focar nos homens. Martins e Auad (2020), ao realizarem uma revisão bibliográfica em três edições de anais de eventos de relevância nacional, constataram a baixa frequência de trabalhos sobre mulheres lésbicas no campo teórico de eventos acadêmicos, inclusive em produções científicas que versam sobre desigualdades e normatizações de gêneros. Sant’Anna e Guimarães (2019), por sua vez, pontuam que as instituições universitárias, a maioria religiosas, no caso das privadas, não apresentam como questão as orientações sexuais

<sup>5</sup> Aversão, desrespeito, negação, nojo, fetichização, rotulação de mulheres pela sua sexualidade lésbica.

<sup>6</sup> Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, queer, intersexuais, assexuais e demais orientações sexuais e identidades sexuais desviantes da heterossexualidade e cisgeneridade.

dissidentes da heterossexualidade. Já no caso das universidades públicas, afirmam que há pouco investimento financeiro em pesquisas e produções de conhecimento sobre a lesbianidade, ressaltando a presença do conservadorismo histórico no âmbito das políticas educacionais. As autoras destacam, ainda, que falar sobre lesbianidade no ambiente universitário é essencial para que não se reproduzam violências e reforcem vulnerabilidades desse grupo social (Sant’anna; Guimarães, 2019).

No que se refere ao campo da psicologia, até o fim da década de 1980, se utilizava a terminologia “homossexualismo” para nomear pessoas LGBTQIA+, em que o sufixo “ismo” refere-se a uma condição patológica. Além disso, algumas (ns) profissionais da área construíram, em conjunto com a igreja evangélica, serviços de recuperação homossexual, prometendo a cura dessa “patologia”. Entretanto, após denúncias da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT), o Conselho Federal de Psicologia (CFP, 1999), em 1999, publicou a resolução 001/99 em que estabelece às (aos) psicólogas (os) normas de atuação para o tema orientação sexual, afirmando que a homossexualidade não é uma doença e essas (es) profissionais não poderão exercer ações que visem a suposta cura. O CFP enfrentou diversos ataques à resolução de movimentos conservadores que defendiam terapias de “conversão” sexual, acreditando que a homossexualidade é uma patologia ou um desvio moral e de conduta e, portanto, passível de superação por meio da psicoterapia. Nos últimos quinze anos, transformações socioculturais e políticas relacionadas às questões das pautas LGBTQIA+ ocorreram no cenário nacional, sobretudo em defesa dos direitos humanos, orientação sexual e identidades de gênero (Aragusuku; Lara, 2019).

Como apontam Barbosa, Nascimento e Cavalcante (2014), cada grupo dentro da comunidade LGBTQIA+ apresenta singularidades e portanto, privilégios e opressões permeiam seus cotidianos, lutas, violências sofridas e seus modos de subjetivação. No caso das mulheres lésbicas, as opressões são duplicadas, triplicadas e/ou até quadruplicadas, uma vez que são oprimidas pelo machismo, lesbofobia e, no caso de mulheres transexuais e negras, transfobia e racismo. Nesse sentido, faz-se necessário analisar se e como a psicologia tem contribuído para compreender vivências lésbicas, uma vez que tensionar a ciência é fundamental para a visibilidade dessas mulheres. Pensamos essa problemática inspirando-nos em Haraway (2009), quando questiona a ciência, a partir da problematização feminista, pontuando que o conhecimento

responsável por grande parte das produções científicas é produzido a partir de uma ótica masculinista e é ilusoriamente e propositalmente desengajado, porém produz concepções de mundo. Utilizando-nos também de Harding (1993), que pontua que uma ciência deturpada pela visão masculina distorce a análise dos estudos, uma vez que é tendenciosa e toma como sujeito ou objeto uma mulher universal, sendo branca, ocidental, burguesa e heterossexual. Além disso, afirma que o androcentrismo<sup>7</sup> na ciência exclui as mulheres e produz teorias que as representam como inferiores, desviantes e importantes apenas no que toca aos interesses masculinos. Essas reflexões são importantes já que historicamente a ciência enquanto produtora de verdades têm sido produzida e sustentada por homens heterossexuais, cisgêneros e brancos, subalternizando assim toda alteridade epistemológica. Por isso, entendemos que problematizar a ciência, a partir de uma perspectiva feminista, pode propiciar uma revisão radical (necessária) do pensamento ocidental.

Com base nesse campo problemático, que nos coloca desafios éticos-políticos no pesquisar, pretendemos, com essa revisão, analisar as produções discursivas da psicologia sobre vivências lésbicas no contexto brasileiro, respondendo ao questionamento: “Como a produção científica da psicologia brasileira tem debatido vivências lésbicas?”. Os textos serão analisados a partir de diálogos da psicologia social com estudos feministas, decoloniais e interseccionais. Tal exercício poderá ampliar estudos na área, podendo contribuir para futuras pesquisas em áreas acadêmicas, bem como possibilitando reflexões sobre a invisibilidade das mulheres lésbicas na ciência e os seus efeitos na sociedade. A discussão está organizada da seguinte forma: o uso do termo lesbianidade nas produções científicas da psicologia; a constituição das mulheres lésbicas nas relações familiares e os processos de saúde-doença-cuidado de mulheres lésbicas.

### **Percurso Metodológico**

Trata-se de uma Revisão Sistemática de Literatura (RSL), operacionalizada pela Plataforma de Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PePSIC) e pela Biblioteca Eletrônica Científica Online (SciELO), referente a produção de artigos científicos de 2010

---

<sup>7</sup> Termo que se refere ao privilégio masculino e como as experiências masculinas são consideradas como universais, em detrimento da realidade das mulheres e das pessoas não binárias.

a 2020. A escolha dessas plataformas se deu devido a sua relevância para a área trabalhada nesta pesquisa, uma vez que são tidas como as de maior influência e impacto. O período de tempo foi escolhido levando em consideração ter sido apenas nos últimos anos que se tem pesquisado mais sobre lesbianidades. Em relação aos caminhos metodológicos, optamos por desenvolver uma revisão sistemática porque produz evidências de alta qualidade, permitindo uma avaliação rigorosa e abrangente da literatura atualizada. O método PRISMA (Donato; Donato, 2019), utilizado nessa revisão, contribui para o aprimoramento do relato de revisões sistemáticas e meta-análises. Com ele, utilizamos um *checklist* com 27 itens e um fluxograma de 4 etapas (Galvão, Pansani; Harrad, 2015).

Assim, a pesquisa foi dividida da seguinte maneira: 1) delimitação da questão norteadora; 2) coleta de estudos e evidências; 3) revisão do material e definição de critérios de exclusão/inclusão; 4) análise dos estudos selecionados; e 5) apresentação de considerações finais sobre a revisão sistemática. No primeiro passo, definimos como pergunta norteadora da nossa pesquisa a seguinte questão: “Como a produção científica da psicologia brasileira tem debatido vivências lésbicas?”. No segundo passo, realizamos a busca de artigos utilizando os critérios de idiomas (português e inglês), textos disponíveis e exclusão de materiais repetidos. Diante de tais escolhas, foram utilizados os seguintes descritores e combinações para a pesquisa: “lésbicas” AND “psicologia” AND “Brasil”; “violência” AND “lésbicas” AND “psicologia”; “LGBT” AND “psicologia” AND “Brasil”; “lesbianidade” AND “psicologia” AND “Brasil”; “LGBT” AND “violência” AND “psicologia”. Destacamos que a utilização do descritor “violência” se deu porque, inicialmente, o tema escolhido estava relacionado a violências lésbicas, entretanto, pela quantidade reduzida de produções científicas que debatiam a temática (foram encontrados 4 estudos), focamos na ampliação do tema para o que a literatura tem estudado sobre as vivências lésbicas. Dessa forma, foram encontradas 26 publicações no total.

Após a busca, iniciamos o terceiro passo, que corresponde à revisão do material e às definições dos critérios de inclusão e exclusão. Os critérios de exclusão foram utilizados a partir da leitura dos títulos, resumos e palavras-chaves. Necessitou-se da operacionalidade de dois juízes, sendo uma graduanda em psicologia e um doutorando da mesma área, para leitura e preparação da separação dos estudos. Foram utilizados os

seguintes critérios de exclusão: a) teses e dissertações não foram incluídas, uma vez que o presente artigo consiste em uma monografia; b) artigos que não tematizam sobre a vivência de mulheres lésbicas na psicologia; c) artigos que não estivessem dentro do período 2010-2020, uma vez que objetivamos analisar a produção de conhecimento mais recente construída no Brasil e d) estudos que não apresentavam relação com o contexto nacional. Dessa forma, foram incluídos 14 artigos científicos na revisão sistemática.

### Resultados e Discussões

A seguir, como resultado da tabulação descritiva dos estudos recuperados, a Tabela 1 apresenta 14 artigos que compõem o corpus final desta revisão sistemática. Em relação ao tipo de estudo, identificou-se que 71,4% são trabalhos empíricos (N=10) e 28,6% são teóricos (N=4). Nos resultados dos idiomas, 14,3% dos textos (N=2) estão em inglês e 85,7% estão em português (N=12). Também, houve a estratificação regional da filiação institucional das(os) autoras(os), tendo como resultado: Sudeste (n=6), Sul (n=3), Nordeste (n=2), Norte (n=0) e Centro-Oeste (n=3).

**Tabela 1 - Base de dados da revisão sistemática de literatura**

(continua)

Nº	Título	Autoras(es)	Ano	Tipo de estudo	Revista	Região
1	Lesbianidades e as referências legitimadoras da sexualidade	Toledo e Filho.	2010	Empírico	Estudos e Pesquisas em Psicologia	Sudeste
2	Mídia e Lesbianidade: Uma Análise sobre Posicionamentos na Telenovela Senhora do Destino	Borges.	2011	Teórico	Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia	Centro-oeste
3	Vidas Precárias: a Performatividade na Constituição das Violências Fóbicas em Gêneros e Sexualidades	Silva e França.	2019	Teórico	Psicologia: Ciência e Profissão.	Sudeste

4	Aspectos psicossociais da homofobia intrafamiliar e saúde de jovens lésbicas e gays	Perucchi, Brandão e Vieira.	2014	Empírico	Estudos em Psicologia	Sudeste
5	Famílias constituídas por lésbicas, gays e bissexuais: revisão sistemática de literatura	Lira e Morais.	2016	Teórico	Temas em Psicologia.	Nordeste
6	Homofobia familiar: abrindo o armário 'entre quatro paredes'	Toledo e Filho.	2013	Empírico	Arquivos Brasileiros de Psicologia.	Sudeste
7	(In)Visibilidade da Vivência Homoparental Feminina: entre Preconceitos e Superações	Lira, Boris e Morais.	2016	Empírico	Psicologia: Ciência e Profissão.	Nordeste

**Tabela 1 - Base de dados da revisão sistemática de literatura**

(conclusão)

Nº	Título	Autoras(es)	Ano	Tipo de estudo	Revista	Região
8	O Luto velado: a experiência de viúvas lésbicas em uma perspectiva fenomenológico-existencial	Arima e Freitas.	2017	Empírico	Temas em Psicologia.	Sul
9	Comportamento suicida em mulheres de diversas sexualidades: violência silenciada	Baére e Zanello.	2020	Empírico	Psicologia Clínica.	Centro-oeste

10	Diversidade sexual e de gênero na prática clínica em psicologia	Gaspodini e Falcke.	2018	Empírico	Paídeia.	Sul
11	Diversidade Sexual e Relações Profissionais: Concepções de Médicos e Enfermeiros	Vitiritti, Andrade e Peres.	2016	Empírico	Temas em Psicologia.	Centro-oeste
12	O Dispositivo “Saúde de Mulheres Lésbicas”: (in)visibilidade e direitos	Carvalho, Calderaro e Souza.	2013	Teórico	Psicologia Política.	Sudeste
13	Crenças e Atitudes Corretivas de Profissionais de Psicologia sobre a Homossexualidade	Vezzosi, Segundo, Ramos e Costa.	2019	Empírico	Psicologia: Ciência e Profissão	Nordeste
14	A clínica psicológica e o público LGBT	Lívia Gonçalves	2012	Empírico	Psicologia Clínica	Sudeste

Fonte: elaborada pela autora.

A partir da leitura, estudo e análise dos artigos, três temáticas se destacaram: a) O uso do termo lesbianidade nas produções científicas da psicologia; b) Constituição da mulher lésbicas nas relações familiares e c) Processos de saúde-doença-cuidado de mulheres lésbicas.

### **O Uso Do Termo Lesbianidade Nas Produções Científicas Da Psicologia**

Observamos que 28,5% das produções científicas (N=4) utilizam o termo “lesbianidade” e “lésbica”, um desses textos também utiliza os termos “lesbianismo” e “lesbofobia”. Ademais, 42,8% dos estudos (N=6) utilizam apenas o termo “lésbica”, 14,2% (N=2) das produções utilizam o termo “homossexualidade” para se referir as mulheres lésbicas e 7,1% dos artigos (N=2) utiliza o termo “homoerotismo” para se referir às mulheres entrevistadas em sua pesquisa que vivenciavam atração e desejo erótico direcionados à pessoas do sexo feminino, uma vez que nem todas se consideram lésbicas.



Nesse sentido, os estudos que utilizam termos específicos para definir a relação entre mulheres lésbicas e os seus processos subjetivos pontuam singularidades das vivências lésbicas, diferenciando-as dos demais grupos da comunidade LGBTQIA+. Entretanto, as produções científicas que utilizam o termo “homossexualidade” ou que utilizam o termo “lésbica” em conjunto com o termo “gay”, na sua grande maioria, não levaram em consideração as singularidades das lésbicas, focando nas vivências de homens gays para definir a realidade da comunidade LGBTQIA+. Isso acontece principalmente com os trabalhos sobre a saúde dessa comunidade encontrados a partir desta revisão sistemática de literatura. Outra observação é que das 10 produções que levam em consideração as singularidades das vivências das mulheres lésbicas, 9 possuem pelo menos uma autora mulher.

Borges (2011) afirma que a homossexualidade e a lesbianidade eram vistas sem diferenciações e a homossexualidade ganhava destaque, pois estava mais submetida às regulações sociais. Dessa forma, pontua que o final do século XIX é reconhecido como o marco da construção do homossexual moderno, porém, apenas após uma geração a lesbianidade atingiu o mesmo patamar de reconhecimento, a partir de noções produzidas pelas (os) sexólogas (os).

Toledo e Filho (2010) utilizam o termo lesbianidade defendendo que a identidade lésbica não está relacionada apenas ao desejo sexual, mas com um tornar-se sujeito do seu desejo e da sua sexualidade, em uma sociedade em que mulheres são vistas como objetos. A autora e o autor analisam como estigmas e estereótipos a respeito da lesbianidade influenciam a vida de mulheres que se autodenominam lésbicas. Para tanto, pontuam as singularidades das vivências dessas mulheres, afirmando que os estudos sobre lesbianidade buscam explicações para a sua causa, partindo de pontos de vista androcêntricos e heteronormativos<sup>8</sup>, e a associando com desilusões afetivo-sexuais com homens. Afirmam que isso é decorrente de uma tentativa de controlar a sexualidade das mulheres, até mesmo em relações que o homem não está incluso.

---

<sup>8</sup> Conforme Butler (2003), a heteronormatividade consiste no sistema de organização da sociedade que presume a heterossexualidade como norma, em detrimento de outras expressões da sexualidade. Dessa forma, a sexualidade definida como “normal” pela norma é composta por casais formados por um homem e uma mulher cisgêneros, monogâmicos, preferencialmente casados e que cumprem o seu papel de gênero socialmente imposto.

Toledo e Filho (2010) pontuam que a lesbianidade apenas é aceita na sociedade heteronormativa quando ela atende aos interesses dessa sociedade, como acontece na pornografia e na prostituição, quando lésbicas consideradas femininas se relacionam sexualmente para atender aos desejos sexuais e feiticizados dos homens. Entretanto, quando a lésbica não se adequa a esse modelo de feminilidade e de satisfação ao homem, a sociedade associa a causa da sua orientação afetivo-sexual a falta de interesse masculino por elas, demonstrando que a lesbianidade, quando rompe com o sistema normativo, é invisibilizada e alvo de conflitos e de violências. Dessa forma, conforme Toledo e Filho (2010), partindo da visão androcêntrica e heteronormativa, a lesbianidade é abjeta por estar em oposição não só à heteronormatividade, mas também à sexualidade normativa. A discussão aponta que as (os) psicólogas (os) devem analisar de forma crítica os sentidos e significados associados às lesbianidades, já que são produzidos por uma sociedade heteronormativa, que gera desigualdades e hierarquias, sendo necessário colocar em questão a própria construção das normas, e não as diversas formas de viver a sexualidade (Toledo; Filho, 2010).

Destacamos ainda que o termo “homofobia”, que muitos artigos utilizaram para nomear a violência contra mulheres lésbicas devido a sua orientação sexual, foi objeto de análise. Silva e França (2019) problematizam o termo “homofobia” afirmando que não abrange as singularidades de todos os grupos da comunidade LGBTQIA+, mas sim está ligado às violências cometidas contra homens homossexuais. O texto pontua que, inicialmente, o termo foi empregado para designar violências contra os homossexuais masculinos, mas, no final dos anos 1990, passou a ser usado para designar as violências contra a comunidade LGBTQIA+. Nesse sentido, indica-se um termo mais amplo para nomear as violências contra essa comunidade, que leve em consideração as singularidades de cada grupo que a compõem. Portanto, propõem o uso do termo “violências fóbicas em gêneros e sexualidades” para descrever violências contra a comunidade LGBTQIA+ (Silva; França, 2019).

Silva e França (2019) afirmam que as violências fóbicas em gêneros e sexualidades ocorrem de formas diferentes e desiguais a cada grupo da comunidade LGBTQIA+. Por isso, diferenciam os tipos de violências sofridas por cada grupo, demarcando os traços violentos em cada uma. Pontuam que “as lésbicas são violentadas com socos no rosto, seios e/ou são vítimas de estupros corretivos, com insultos de

afirmações de que elas merecem tal ato, para que aprendam a serem mulheres, etc” (Silva; França, 2019, p. 151). Contudo, apesar de debaterem o termo homofobia, os autores permanecem utilizando o termo “homossexualidade” para se referir a todos os grupos da comunidade LGBTQIA+ e empregam o termo “escolha” ao mencionar a orientação afetivo-sexual.

Nesse sentido, apesar de Silva e França (2019) proporem o uso do termo “violências fóbicas em gêneros e sexualidades” para descrever as violências contra a comunidade LGBTQIA+, acreditamos que o uso do termo “lesbofobia” se faça necessário para descrever a violência contra as mulheres lésbicas. Isso ocorre devido a invisibilização das lésbicas, correndo o risco do termo “violências fóbicas em gêneros e sexualidades” exercer a mesma função do termo “homofobia”, e as lésbicas terem suas singularidades novamente apagadas pelas vivências de homens gays.

Pensamos a necessidade da utilização de termos específicos para definir as vivências lésbicas a partir de Fischer (2001), que em seu estudo oferece elementos para uma discussão sobre o conceito de discurso em Michel Foucault (1999), e afirma que o discurso é produzido em razão de relações de poder e é agenciador de realidades e verdades. Nesse sentido, o uso de termos específicos para as lésbicas é mais que palavras e conjuntos de letras, mas sim uma demarcação política na construção de outras realidades, contribuindo para a visibilização desse grupo.

### **A Constituição Da Mulher Lésbica Nas Relações Familiares**

Os estudos de Perucchi, Brandão e Vieira (2014), Lira e Morais (2016), Toledo e Filho (2013), Lira, Morais e Boris (2016) e Arima e Freitas (2017) destacam três relações das lesbianidades na família, a saber: filial, parental e conjugal. Ao que se refere à relação filial, Perucchi, Brandão e Vieira (2014) e Toledo e Filho (2013) apontam que as famílias atuam como guardiãs da sexualidade de seus membros, reproduzindo os modelos hierárquicos e opressores da sociedade, além de controlarem e vigiarem as vivências sexuais de suas/seus filhas (os), a fim de garantir que elas/eles sejam heterossexuais e correspondam à performance de seu gênero. Trazem também que, quando elas/eles divergem desses modelos hegemônicos e anunciam sua orientação afetivo-sexual contrária, iniciam os conflitos familiares.

A violência cometida por familiares contra as membras lésbicas é chamada de “homofobia intrafamiliar” por Perucchi, Brandão e Vieira (2014) e de “homofobia familiar” por Toledo e Filho (2013). Ambos pontuam que é uma situação invisibilizada e, muitas vezes, não é considerada como violência, porque há a percepção social de que assuntos familiares são privados e outras pessoas não podem intervir. Dialogando com essa leitura, Lira, Morais e Boris (2016) assinalam que a maior expressão da “homofobia familiar” não é a expulsão das filhas lésbicas de casa, mas sim a violência indireta que ocorre cotidianamente, tais como controle e silenciamento de suas vivências, invasão de privacidade, proibição de seus relacionamentos amorosos e a desqualificação da autoridade da lésbica de falar de sua sexualidade, tornando essas mulheres em “bodes expiatórios” da família, entre outras situações violentas. Segundo Perucchi, Brandão e Vieira (2014), além da invisibilidade da “homofobia intrafamiliar”, são escassos os estudos relacionados à vivência da sexualidade por adolescentes e jovens que não se identificam com a norma heterossexual.

Destacamos que o estudo de Toledo e Filho (2013), apesar de não utilizar termos específicos para descrever as violências contra as lésbicas, é o único que assinala, mesmo que limitadamente, a singularidade das vivências dessas mulheres enquanto filhas; os demais não diferenciam as suas vivências das experiências de homens gays. Dessa forma, trazem que as participantes de sua pesquisa, ao buscarem sua autonomia e independência, ao procurarem sair de casa, estudar, prestar vestibular e morar com sua companheira, rompem com o modelo da família nuclear burguesa:

Ainda, o fato de o membro homossexual ser do gênero feminino parece ser outro fator agravante, pois, como apontado por Rich (1986) e Badinter (1986), o que estrutura o papel das mulheres nas famílias (especialmente de classes médias) e a própria família nuclear enquanto bastião da heterossexualidade é a dependência e subordinação aos homens (Welzer-Lang, 2001) e a submissão das mulheres dentro do mundo doméstico (Toledo; Filho, 2013, p. 380).

Observamos ainda que nos estudos de Lira e Morais (2016) foi encontrado uma diferença significativa entre produções científicas de parentalidade e conjugalidade, o que pode demonstrar uma necessidade de normalização das relações lésbicas. Podemos refletir sobre isso a partir do que Rubin (1989) denominou de “pirâmide erótica”, em que em seu topo estão os heterossexuais, monogâmicos, casados e procriativos (considerados o bom sexo), e abaixo estão as pessoas LGBTQIA+, poliamorosas e sem

filhas (os) (denominado de sexo mau). Dessa maneira, casais de lésbicas, monogâmicas, estáveis, com filhas (o) e que não assumam identidades de gênero dissidentes do seu sexo biológico, são socialmente mais aceitas do que casais de lésbicas poliamorosas, sem um relacionamento estável e filhas (os), por exemplo. Ser socialmente mais aceitas e apresentar uma maior visibilidade pode explicar esse número superior de trabalhos sobre parentalidade.

Destacamos ainda Butler (2003), ao problematizar a legalização do casamento e da parentalidade lésbica e gay, afirma que quando nos esforçamos para que o Estado legitime as relações lésbicas e gays, aumentamos o seu poder de normalização dessas relações. Logo, cria-se uma hierarquia entre relações lésbicas que são legítimas e as que não são legítimas, construindo diferenciações entre formas de ilegitimidade, sendo o par estável, que se casaria se fosse possível, mais propenso a ser legítimo futuramente do que os casais que não pretendem se casar. Portanto, apesar de não sermos contrários à legitimação do Estado sobre o casamento das lésbicas, faz-se essencial refletir acerca da necessidade de normalização das identidades dessas mulheres e suas consequências para as que não se encaixam na norma.

Outra temática encontrada nesta RSL permeado nessa categoria foi o luto e a viuvez lésbica, analisada por Arima e Freitas (2017), por meio da entrevista com viúvas lésbicas. O artigo nomeia de “lutos desprivilegiados ou invisibilizados” aqueles em que o relacionamento é deslegitimado socialmente. As autoras afirmam que o luto é um processo mais intenso para as mulheres e são agravados quando o casal não revela a natureza de seu relacionamento, não tendo registros de casamento ou união estável entre elas. O “luto desprivilegiado ou invisibilizados” conta com situações como: deslegitimação do sofrimento da viúva; proibição de acompanhar a esposa em seus últimos momentos de vida e de participar dos rituais fúnebres; enfrentamento de batalhas judiciais relacionadas à herança da companheira, além de sentimentos mais intensos de solidão e isolamento (Arima; Freitas, 2017).

Os artigos referentes à constituição da mulher lésbica nas relações familiares sinalizam ainda a importância das amigas para pessoas dissidentes da heterossexualidade, uma vez que o suporte de amigas (os) é essencial em diversos momentos da vida dessas pessoas, que formam verdadeiras “famílias de amigas (os)”,

com quem dividem suas experiências, angústias e dificuldades, ao serem rejeitadas por suas famílias de origem (Toledo; Filho, 2013; Perucchi, Brandão; Vieira, 2014).

A parentalidade e a conjugalidade de mulheres lésbicas também foram pontuadas pelos artigos encontrados nesta RSL. Lira e Morais (2016), em sua revisão sistemática de literatura sobre famílias constituídas pela comunidade LGB (lésbicas, gays e bissexuais), encontraram 92 estudos sobre parentalidade e 53 sobre conjugalidade, e afirmam que o predomínio de pesquisas sobre parentalidades pode ser justificado pelas preocupações com as consequências da orientação sexual das (os) mães/pais no ajustamento psicossocial das (os) filhas (os).

Ao que se refere a parentalidade, o estudo de Lira e Morais (2016) assinala que, além da adoção, as lésbicas tornam-se mães por meio da reprodução assistida, tema que apresenta grande quantidade de pesquisas. O foco desses estudos são os aspectos éticos da reprodução assistida, a intimidade do casal quanto a deliberação do uso do espermatozoide do doador, se será um conhecido ou um desconhecido, as consequências dessa decisão para a família e o ajustamento psicossocial das (os) suas/seus filhas (os) (Lira; Morais, 2016). Em relação aos meios pelos quais as lésbicas tornam-se mães, faz-se necessário realizar um recorte social, uma vez que tais pesquisas encontradas nesta RSL são voltadas para casais de elevadas classes sociais, já que a reprodução assistida é uma técnica de valor inacessível para uma significativa parcela da população, o que demonstra a escassez de pesquisa sobre a maternidade de casais lésbicos de outras classes sociais. Para Zambrano (2008), a aceitação e a simpatia da equipe de adoção e de guarda para os candidatos dissidentes da heterossexualidade de classe média não abrangem os homossexuais provenientes das camadas populares. Assim, apesar da autora referir-se a homens gays, podemos pensar sobre a mesma situação no caso das lésbicas, bem como pensar sobre a abrangência da aceitação e da simpatia dessa equipe para casais constituídos por mulheres pretas, considerando a existência do racismo institucional.

Lira e Morais (2016) e Lira, Morais e Boris (2016) afirmam que as (os) filhas (os) de casais lésbicos não apresentam obstáculos em seu desenvolvimento cognitivo-social-psico-sexual devido à orientação sexual de suas mães. Entretanto, apontam que as mães lésbicas apresentam um alto estresse maternal, devido aos desafios enfrentados, como a “homofobia intrafamiliar”, o preconceito em serviços de saúde,

assistência social e educacional, redução da conectividade social, discriminações enfrentadas na própria comunidade em que vivem e preconceitos relacionados à adoção. Tais situações acarretam efeitos negativos sobre sua saúde mental e física e para o bem-estar psicossocial de suas filhas (os), bem como causam depressão maternal (Lira; Morais, 2016; Lira; Morais; Boris, 2016).

Em seus estudos, Lira, Morais e Boris (2016) assinalam que as lésbicas da sua pesquisa enfrentam a dificuldade de suas/seus filhas(os) lidarem com a sua orientação sexual em âmbito social, evitando apresentar as mães para as (os) amigas (os) e levar pessoas para suas casas, uma vez que podem ser tratadas (os) de forma injusta devido à orientação sexual de suas mães.

Ao que se refere a conjugalidade lésbica, são escassos os estudos sobre a temática, uma vez que a maioria dos trabalhos encontrados em nossa RSL discutem a temática a partir da homossexualidade. Lira e Morais (2016) trazem que casais lésbicos apresentam condições favoráveis quando comparados a casais heterossexuais, como uma divisão igualitária no que se refere aos cuidados domésticos das (os) filhas (os), às questões financeiras, de comunicação e de apoio. Afirmam, também, que a legalização do casamento gera efeitos positivos para a saúde mental das lésbicas enquanto a lesbofobia gera efeitos negativos, porém pode estreitar os vínculos da relação.

### **Processos De Saúde-Doença-Cuidado De Mulheres Lésbicas**

As violências sofridas pelas lésbicas desencadeiam transtornos mentais e intensificam condições pré-existentes, como a ansiedade e a depressão (Toledo; Pinafi, 2012; Perucchi; Brandão; Vieira, 2014; Arima; Freitas, 2017; Vezzosi, *et al.*, 2019). Ocorre que, em algumas situações, como na “homofobia intrafamiliar”, as lésbicas apresentam dificuldades em identificar a afetação dessa violência na sua saúde (Perucchi; Brandão; Vieira, 2014). Carvalho, Calderaro e Souza (2013) destacam que, no caso de adolescentes lésbicas, a violência intrafamiliar e sexual vivida são pouco retratadas em publicações de saúde e quando são, não são tratadas em conjunto.

Ademais, Baére e Zanello (2020) destacaram que, em muitos casos, principalmente em relação à família de mulheres lésbicas, a lesbianidade é entendida como uma devassidão, perversão da heteronorma e uma patologia. Afirmam que tais fatores, relacionados à incompreensão social a que são submetidas, geram sofrimentos

psíquicos nessas sujeitas. É pontuado ainda o ideal estético, que está relacionado ao bullying decorrido pela apresentação masculina de algumas lésbicas, entretanto:

Além do menor impacto do padrão de beleza nas lésbicas, a expressão do gênero também é vista entre elas como fator protetor para o comportamento suicida. Segundo Dossiê sobre lesbocídio no Brasil: de 2014 a 2017 (Peres et al., 2018), o suicídio de lésbicas é maior entre as jovens feminizadas. Para dar conta desse fenômeno, os autores inferem que as mulheres masculinizadas, tendo consciência de sua lesbianidade desde cedo e enfrentando maior preconceito social, chegam à juventude e à vida adulta melhor preparadas para lidar com as adversidades lesbofóbicas (Baére; Zanello, 2020, p. 8).

A “homofobia internalizada” conforme pontuada por Toledo e Pinafi (2012), Perucchi, Brandão e Vieira (2014), Vezzosi *et al.* (2019), Gaspodini e Falcke (2018) e Vitiritti, Andrade e Peres (2016), uma vez que é uma nuance da homofobia fortemente estudada pela psicologia. Afirmam que essa “homofobia” consiste na internalização das ideias estabelecidas pela heterossexualidade como norma, incluindo o posicionamento social negativo em relação às pessoas LGBTQIA+, e pode estar presente até mesmo em pessoas dissidentes da heterossexualidade, muitas vezes como resultado das violências físicas e psicológicas a que são submetidas. Tais autoras (es) trazem que as consequências dessa homofobia são o isolamento, a guetização, a crença de não ser capaz de realizar as coisas, os conflitos internos, a pouca autoestima, a depressão e as atitudes autodestrutivas.

Acerca do suicídio de mulheres lésbicas, Toledo e Pinafi (2012) destacam que jovens lésbicas estão três vezes mais propensas a cometer suicídio que jovens heterossexuais. Baére e Zanello (2020) discutem o comportamento suicida das mulheres lésbicas comparado às mulheres heterossexuais e bissexuais, destacando algumas categorias que afetam a sua saúde mental, como: conflitos conjugais e o fim dos relacionamentos, que estão relacionados aos comportamentos suicidas das lésbicas, além do já apresentado, socialmente as mulheres são condicionadas a basear e depositar sua felicidade nos relacionamentos amorosos, priorizando-os em detrimento de outras áreas da sua vida.

No que se refere às Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST), Carvalho, Calderaro e Souza (2013), por meio das análises de publicações voltadas para a saúde lésbica, sugere que há um demasiado foco nas questões referentes à DST, destacando que essas doenças nessas mulheres são ocasionadas pelo número de parceiras sexuais,



pela ausência de percepção do risco e pela ausência de tecnologias de prevenção. Carvalho, Calderaro e Souza (2013) discutem que há um despreparo profissional para lidar com as singularidades lésbicas. Afirmam que os cuidados em saúde, as produções científicas da área da saúde e as políticas públicas de saúde ainda não consideram e invisibilizam tais vivências. Pontuam, ao mesmo tempo, que as políticas públicas não falam sobre as práticas sexuais, o prazer e o desejo das lésbicas, essencializando essas mulheres como vítimas de violências ou de doenças, além de serem ausentes as questões de garantia da sua saúde integral. Ademais, destacam que as políticas públicas destinadas às lésbicas são cruzadas por idealizações de suas vivências, não correspondendo às suas práticas cotidianas, fazendo-se necessário a presença das mulheres lésbicas na construção dessas políticas.

Nessa perspectiva, Carvalho, Calderaro e Souza (2013) trazem que a lesbofobia presente nos serviços de saúde é uma das responsáveis pelo fato das mulheres lésbicas apresentarem agravos em sua saúde, tanto pela falta de cuidados adequados e recursos institucionais, quanto pela evitação de buscar esses serviços devido a essa violência. Além disso, pontuam que algumas lésbicas costumam fazer uso abusivo de substâncias lícitas e ilícitas, devido à sobrecarga psíquica causada pela lesbofobia. As autoras destacam ainda que os preconceitos e dificuldades de acesso aos serviços de saúde se agravam em lésbicas de classes economicamente mais baixas e para as que possuem estereótipos masculinizados.

Vitiritti, Andrade e Peres (2016), ao analisarem o discurso de médicas (os) e enfermeiras (os) acerca da diversidade sexual, assinalam desconhecimento dessas/desses profissionais sobre o tema, que patologizam a “homossexualidade” ou a relacionam a um pecado, e pressupõem a heterossexualidade de suas/seus pacientes. Porém, as (os) profissionais do referido estudo afirmaram que ao atender um paciente LGBTQIA+, mesmo com seus preconceitos, são imparciais ou transparecem de forma sutil a homofobia, mascarando-a com piadas ou comentários reservados. Destacamos que o livro Tentativas de Aniquilamento das Subjetividades LGBTIs (Conselho Federal De Psicologia, 2019), traz relatos de pessoas da comunidade que vivenciaram LGBTfobia nas psicoterapias, em que psicoterapeutas usando suas religiões para justificar o preconceito contra os pacientes, utilizando orações durante as sessões e discursos que tratavam a lesbofobia e homofobia como transtornos mentais ou

aberrações. Os relatos demonstram ainda como foi danoso emocionalmente para os referidos clientes tais vivências na psicoterapia, que deveria ser um espaço de acolhimento e fortalecimento de subjetividade, e não seu aniquilamento.

Nesse sentido, esta pesquisa bibliográfica também identificou lesbofobia na clínica psicológica. Nos estudos de Gaspodini e Falcke (2018) e Vezzosi *et al.* (2019), constata-se que a maioria das (os) profissionais entrevistadas (os) concordam que as expressões da sexualidade e gênero são manifestações humanas, porém elas/eles reproduzem estereótipos, associando a feminilidade à delicadeza e a homossexualidade à promiscuidade e a perversão, considerando-a como uma falha de identificação com o seu próprio gênero. Ademais, as (os) psicólogas (os) e médicas (os) que participaram dos estudos acreditam haver uma teoria explicativa válida sobre a origem da homossexualidade, que está relacionada às consequências de violência sexual que essa pessoa sofreu na infância e ao medo de se relacionar com pessoas de outro sexo (Vitiritti; Andrade; Peres, 2016; Gaspodini; Falcke. 2018; Vezzosi *et al.*, 2019).

Gaspodini e Falcke (2018) afirmam que técnicas utilizadas por pessoas formadas em psicologia visando à “reorientação” sexual representam sérias ameaças à saúde mental das (os) pacientes, apresentando como consequência a depressão, a ansiedade e a tendência suicida. Apesar disso, Vezzosi *et al.* (2019), em sua pesquisa, pontuam que um número significativo de psicólogas (os) concordam que as (os) profissionais devem ajudar as (os) pacientes a modificar sua orientação sexual, de lésbica/homossexual/bissexual para heterossexual, e chamou as intervenções utilizadas com esse objetivo de “atitudes corretivas” - destacando:

No que diz respeito às atitudes corretivas, 29,48% (n = 204) das (os) profissionais da Psicologia concordam, em algum nível que, se o(a) paciente solicitar o(a) psicólogo(a)/psicoterapeuta deve ajudar a mudar orientação sexual de homossexual para heterossexual. Além disso, 12,43 % (n = 86), dos profissionais de Psicologia concordam com a afirmação de que o psicólogo/psicoterapeuta deve ajudar a mudar a orientação sexual de homossexual (gay ou lésbica ou bissexual) para heterossexual (Vezzosi *et al.*, 2019, p. 180).

As (os) autoras (es) dos estudos utilizados neste tópico pontuam que os trabalhos clínicos com pessoas dissidentes da heterossexualidade devem ocorrer meio da

psicoterapia afirmativa<sup>9</sup> e não devem relacionar a causa dos problemas dos pacientes a sua orientação, porém precisam considerar o contexto social “homofóbico” e suas possíveis afetações na saúde mental dessas pessoas. Assinalam ainda que as (os) terapeutas devem ajudar as (os) pacientes a refletir positivamente sobre suas experiências e relações, bem como incentivar ao ativismo da causa LGBTQIA+ (Vezzosi *Et Al.*, 2019; Gaspodini; Falcke, 2018; Toledo; Pinafi, 2012).

Diante do que foi exposto, Vitiritti, Andrade e Peres (2016), Gaspodini e Falcke (2018), Perucchi, Brandão e Vieira (2014) e Vezzosi *et al.* (2019) pontuaram algumas alternativas para a diminuição da homofobia nos cuidados em saúde, entre elas está a formação acadêmica dessas/desses profissionais, onde faz-se necessário o debate da diversidade sexual e de conhecimentos baseados na despatologização das pessoas LGBTQIA+. Ademais, Gaspodini e Falcke (2018) levantam a questão da necessidade de ações para trazer professores e alunos que fazem parte da comunidade LGBTQIA+ para a academia, o que possibilita o convívio das (os) demais alunas (os) com a causa e com pessoas que se posicionam contra a violação dos direitos humanos. Tais autoras (es) citam ainda a importância de buscar investigar/desconstruir seus próprios preconceitos e buscar conhecimentos baseados na despatologização para além das disciplinas da faculdade.

Por fim, ressaltamos que dos 8 (oito) artigos trazidos neste tópico, apenas 3 (três) discutem especificamente a saúde das mulheres lésbicas, os demais analisam a homofobia nos espaços e cuidados em saúde de forma geral, focando principalmente nas vivências de homens gays. Destacamos, assim, a invisibilização das lésbicas nesses estudos, principalmente ao que se refere a atuação de psicólogas (os) nas clínicas, o que dificulta uma reflexão precisa acerca do tema, e escancara o silenciamento que essas mulheres enfrentam em diversas áreas de sua vida.

No que concerne a lesbofobia presente nos serviços e atendimentos em saúde, podemos refletir sobre isso a partir do conceito de necropolítica de Mbembe (2018), que pressupõe que a expressão máxima da soberania está no poder em ditar quem pode viver e quem pode morrer. Lima (2018), utilizando-se desse conceito, afirma que as vidas de sapatões se tornam mais matáveis. Davidson (2019), por sua vez, pontua que a ausência

---

<sup>9</sup> Proposta terapêutica focada em atender pessoas LGBTQIA+ de forma positiva, afirmativa e despatologizada, compreendendo que as identidades trans e as orientações lésbicas, gays e bissexuais são legítimas e não inferiores à heterossexualidade (Silva, 2016).

de políticas públicas que deveriam garantir os direitos básicos dessa população faz parte de uma necropolítica silenciosa, que visa manter as vidas lésbicas como inferiores. Nota-se, assim, que a lesbofobia nos serviços de saúde e suas consequências são estratégias de eliminação das lésbicas, em uma tentativa de ausentar da sociedade pessoas que rompem com o que é considerado como norma. Ou seja, a lesbofobia não ocorre ao acaso, podemos pensá-la como uma estratégia política.

### **Considerações Finais**

Com base na Revisão Sistemática de Literatura, os estudos encontrados abordam três temáticas para retratar vivências das lésbicas, que foram discutidas em três tópicos, sendo eles: o uso do termo lesbianidade, a constituição da mulher lésbica nas relações familiares e processos de saúde-doença-cuidado de mulheres lésbicas. Nota-se que estudos que não demarcam o termo "lesbianidade" tendem a focar principalmente na vivência de homens gays, mesmo se propondo a estudar a realidade de toda a comunidade LGBTQIA+. Ao mesmo tempo, deparamo-nos com produções que demarcaram o uso do termo lesbianidade nas produções científicas da psicologia, utilizando-se de termos específicos para se referir às lésbicas, singularizando suas vivências. Destacamos também que as produções que especificam as vivências lésbicas possuem, pelo menos, uma autora, reforçando a importância de pesquisas feministas para produções científicas comprometidas com a realidade das lésbicas.

Observamos também que as famílias heteronormativas atuam como reguladoras da sexualidade de suas filhas (os), sendo a violência familiar contra as lésbicas intensificadas por elas romperem com a subordinação das mulheres em relação aos homens. Percebe-se que as produções científicas pontuam uma necessidade de normalização das lésbicas e de suas relações, o que apontamos como uma questão que merece atenção, uma vez que se cria uma lesbianidade ilegítima, que está mais sujeita a sofrer lesbofobia. Ademais, destacamos que as produções científicas ausentam em seus estudos a realidade de lésbicas negras, que não pertencem a classe média-alta, moradoras de periferias, idosas e transexuais reforçando a invisibilidade a que essas mulheres são submetidas.

Além disso, observamos que 9 das 10 produções que visibilizam as vivências lésbicas tiveram, no mínimo, uma autora mulher. Portanto, são produções

comprometidas com as realidades das vivências dos grupos que compõem a comunidade LGBTQIA+, sem que o foco seja nas realidades dos homens. Tal fato reforça a ideia trazida por Harding (1993) de que as categorias mais fundamentais dos pensamentos científicos são atravessadas por práticas machistas e, em contrapartida, as conclusões das pesquisas feministas permitem uma compreensão situada, crítica e comprometida com o mundo.

Os estudos trouxeram ainda que as lésbicas são invisibilizadas nas políticas públicas e nas produções científicas, além de sofrerem lesbofobia em atendimentos em saúde, o que ocasiona o agravamento de doenças como o câncer de colo de útero e de mama. Pensamos essa realidade a partir do conceito de necropolítica, de Mbembe, em que as corpas dessas sujeitas tornam-se mais matáveis. Nota-se ainda que os trabalhos apontam que as (os) profissionais de saúde, psicólogas (os), enfermeiras (os) e médicas (os), possuem discursos preconceituosos ao que se relaciona às pessoas LGBTQIA+, inclusive com a utilização de técnicas visando à reorientação sexual, no caso das (os) psicólogas (os). As (os) autoras (es) pontuam a necessidade de disciplinas nos cursos de graduação que estudem sobre diversidade sexual, sem patologizar as pessoas LGBTQIA+.

Como observamos nessa revisão, ainda persistem práticas de psicopatologização das orientações sexuais dissidentes da heterossexualidade ao buscar sua causa, sempre relacionado a motivos negativos, além da utilização de “atitudes corretivas” a fim de modificar essas orientações sexuais para a heterossexualidade. Constatamos, assim, posturas que estão em desacordo à resolução 001/99 do Conselho Federal de Psicologia (CRP), em que no artigo 3º afirma que as (os) psicólogas (os) não devem favorecer a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas, nem adotar ação coercitiva tendente a orientar homossexuais para tratamentos não solicitados.

Destacamos, entretanto, que a resolução 001/99 falha no final do artigo 3º, ao falar sobre “tratamentos não solicitados”, abrindo espaços para que, caso a (o) paciente solicite, sejam utilizadas ações destinadas à reorientação sexual. Destarte, cabe-nos ressaltar que a lesbianidade não é uma patologia que precise ser ajustada às normas da heterossexualidade, mas sim uma manifestação singular da sexualidade. Ao pensarmos os processos de provocar saúde-doença-cuidado de mulheres lésbicas, percebemos que a lesbofobia pode intensificar negativos na saúde mental dessas mulheres, mas a

lesbianidade não. Faz-se necessário que a (o) psicóloga (o) considere a possibilidade de a paciente solicitar uma reorientação sexual como consequência da lesbofobia internalizada<sup>10</sup>, que produz uma autoimagem negativa. Pontuamos, nesse sentido, que a nota técnica sobre a resolução 001/99, lançada em 2021 pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2021), traz que, caso a pessoa solicite à (ao) psicóloga (o) a aplicação de técnicas de reorientação sexual, a (o) profissional deve orientá-la sobre os limites dessas práticas, destacando sua falta de resolutividade, conforme é destacado nos estudos internacionais e nacionais sobre a temática.

Por fim, destacamos que Cassal, Garcia e Bicalho (2011) afirmam que as (os) psicólogas (os) possuem a legitimidade para responder sobre a subjetividade humana, em que está inclusa a sexualidade. Portanto, os discursos trazidos pelas (os) psicólogas (os) entrevistadas (os) nas produções científicas desta RSL, partindo de um local de legitimação, reforça e justifica as inúmeras violências cometidas contra as lésbicas. Destacamos que a psicologia deve ser uma profissão de acolhimento e de suporte, visando propiciar o fortalecimento emocional das pessoas que solicitem o seu serviço, inclusive as lésbicas. Ao apresentarem uma postura que marginaliza e coloca essas mulheres em um local abjeto, as (os) psicólogas (os) intensificam o sofrimento psíquico dessas sujeitas.

Devido a invisibilização das lésbicas nos estudos encontrados nesta RSL, apresentamos dificuldades para refletir acerca de como as vivências lésbicas são retratadas nas produções científicas da psicologia brasileira, uma vez que, apesar dos estudos se propõem a estudar essas mulheres, o seu foco é as realidades de homens gays. Destacamos a necessidade de as graduações em psicologia incluírem em seu currículo cadeiras que se proponham debater as lesbianidades, lesbofobias e suas consequências na saúde mental dessas mulheres, permitindo assim a construção de produções científicas que apresentem como foco as vivências lésbicas e levem em consideração as interseccionalidades da lesbianidade, de raça, classe, gênero e território. Ao que se refere a prática da psicologia, destacamos que a resolução 001/99 não foi suficiente para extinguir as terapias de reorientação sexual. Logo, propomos ao Conselho Federal de Psicologia uma reformulação de tal resolução, a fim de rever o

---

<sup>10</sup> Crenças, preconceitos e valores negativos acerca de si mesmo, devido a sua lesbianidade. Termo adaptado a partir do termo homofobia internalizada.

artigo 3º, no sentido de excluir termos que possibilitem interpretações a favor da reorientação sexual.

Acreditamos ainda que os cursos de graduação em saúde e educação devem envidar esforços a fim de contribuir com a saúde e o bem-estar das lésbicas, bem como visibilizar as suas vivências, seja por meio de estudos sobre a saúde das lésbicas, seja contribuindo com o trabalho de base a partir de matérias e disciplinas sobre a história e direitos das lésbicas tanto com as alunas (os) quanto com suas/seus responsáveis, no caso das escolas. Para que, assim, as (os) profissionais da educação estejam preparadas (os) para acolher e prestar suporte às adolescentes lésbicas que, como foi trazido pelas produções científicas, muitas vezes, não possuem o suporte familiar. Além disso, as universidades como um todo devem comprometer-se com as pautas lésbicas, e isso não deve ficar restrito apenas ao currículo acadêmico, mas que se organize eventos, debates e palestras entre os cursos sobre a temática. Pontuamos ainda a importância da construção de políticas públicas que garantam os direitos à saúde e a segurança das lésbicas, e que contem com a representatividade dessas mulheres para a criação. Por fim, compreendemos que esta RSL irá contribuir para a visibilização das vivências lésbicas na psicologia. Isso é de suma importância para o desenvolvimento de uma psicologia comprometida com a lesbianidade, com o acolhimento e cuidado das lésbicas e que busque lutar contra qualquer forma de preconceito e discriminação.

## Referências

ARAGUSUKU, H. A.; LARA, M. F. A. Uma análise histórica da resolução nº 01/1999 do Conselho Federal de Psicologia: 20 anos de resistência à patologização da homossexualidade. **Psicologia, Ciência e Profissão**, Brasília, v. 39, n. esp 3, p. 6-20, 2019.

ARIMA, A. C.; FREITAS, J. L. O luto velado: a experiência de viúvas lésbicas em uma perspectiva fenomenológico-existencial. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 25, n. 4, p. 1467-1482, 2017.

BAÉRE, F.; ZANELLO, V. Comportamento suicida em mulheres de diversas sexualidades: violência silenciada. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 2, p. 335-353, 2020.

BARBOSA, B. R. S.; NASCIMENTO, E. T.; CAVALCANTE, E. T. Invisibilidade lésbica e interseccionalidade de opressões. **Anais do 18ª REDOR**, Recife, 2014. Disponível

em:  
23

<<http://www.ufpb.br/evento/index.php/18redor/18redor/paper/viewFile/2269/821>>  
Acesso em 16 abr de 2021.

BORGES, L. S. Mídia e lesbianidade: uma análise sobre posicionamentos na telenovela senhora do destino. **Revista Interinstitucional de Psicologia**, Juiz de Fora, v. 4, n. 1, p. 60-72, 2011.

BUTLER, J. **Problemas do gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, C. S.; CALDERARO, F.; SOUZA, S. J. O Dispositivo “saúde de mulheres lésbicas”: (in)visibilidade e direitos. **Psicologia Política**, Natal, v. 13, n. 26, p. 111-127, 2013.

CASSAL, L. C. B.; GARCIA, A. M.; BICALHO, P.P.G. Psicologia e o dispositivo da sexualidade: biopolítica, identidades e processos de criminalização. **Psico**, Rio Grande do Sul, v. 42, n. 4, p. 465-473, 2011.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Nota técnica nº 01/2021, de 28 de junho de 2021**. Nota Técnica sobre a resolução nº 001/99. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2021/06/Nota-T%C3%A9cnica-1-Resolu%C3%A7%C3%A3o-01.1999.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Resolução nº 001/99, de 22 de março de 1999**. Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual. Disponível em: [https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999\\_1.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf). Acesso em: 06 abr. de 2021.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Tentativas de Aniquilamento de Subjetividades LGBTIs**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2019.

DAVIDSON, M. Necropolítica lesbocida: uma análise sobre o necrobiopoder, soberania e violências contra lésbicas no contexto bolsonarista. **Ítaca**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 34, p. 204-224, 2019.

DONATO, H.; E DONATO, M. Etapas na condução de uma revisão sistemática. **Acta Médica Portuguesa**, Rio Grande do Sul, v. 32, n. 3, p. 227-235, 2019.

FERNANDES, M. O movimento das mulheres lésbicas feministas no Brasil. **Revista Cult**, São Paulo, 2018. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/mulheres-lesbicas-feministas-brasil/>> Acesso em: 05 de janeiro de 2021.

FISCHER, R. M. B. Foucault e a análise do discurso em educação. **Cadernos de Pesquisa**, Maranhão, v. 1, n. 114, p. 97-223, 2001.

FOUCAULT, M. Aula de 17/03/76. In: FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. Martins Fontes: São Paulo, 1999.



GALVÃO, T. F.; PANSANI, T. D. S. A.; HARRAD, D. Principais itens para relatar Revisões sistemáticas e Meta-análises: a recomendação PRISMA. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, v. 24, n. 2, p. 335-342, 2015.

GASPODINI, I. B.; FALCKE, D. Diversidade sexual e de gênero na prática clínica em psicologia. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 28, e2827, p. 1-9, 2018.

GUIMARÃES, A. F.; VIEIRA, N. R. O sexo implícito: a invisibilidade lésbica na mídia e na academia. **Anais do Seminário Internacional Enlaçando Sexualidade**, Bahia, 2011. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/edicao/detalhes/anais-v-enlacando>> Acesso em 06 abr de 2021.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 5, p. 7-41, 2009.  
HARDING, S. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. **Estudos Feministas**, Santa Catarina, v. 1, n. 1, p. 7-31, 1993.

LIMA, F. Dossiê Raça, Interseccionalidade e Violência: corpos e processos de subjetivação em mulheres negras e lésbicas. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, Bahia, v. 4, n. 2, p. 66-82, 2018.

LIRA, A. N.; MORAIS, N. A. Famílias constituídas por lésbicas, gays e bissexuais: revisão sistemática de literatura. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 24, n. 3, p. 1051-1067, 2016.

LIRA, A. N.; MORAIS, N. A.; BORIS, G. D. J. B. (In)Visibilidade da vivência homoparental feminina: entre preconceitos e superações. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 36, n. 1, p. 20-33, 2016.

MARTINS, L. B.; AUAD, D. Lésbicas na academia: visibilidades relâmpago, transparente e palpável. **Revista Interterritórios**, Pernambuco, v. 6, n. 10, p. 105-130, 2020.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. Rio de Janeiro: N 1, 2018.

NOGUEIRA, C.; OLIVEIRA, J. M. Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de gênero. **Lisboa: Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género**, 2010.

PERES, M. C. C.; SOARES, S. F.; DIAS, M. C. **Dossiê sobre lesbocídio no Brasil: de 2014 a 2017**. Livros Ilimitados: Rio de Janeiro, 2018.

PERUCCHI, J.; BRANDÃO, B. C.; VIEIRA, H. I. S. Aspectos psicossociais da homofobia intrafamiliar e saúde de jovens lésbicas e gays. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 19, n. 1, p. 1-88, 2014.

RICH, A. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Bagoas: estudos gays, gêneros e sexualidades**, Bahia, v. 4, n. 05, p. 17-44, 2012.

RUBIN, G. **Pensando o sexo: notas para uma teoria radical das políticas da sexualidade**, 1989. Disponível em <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/1582/gaylerubin.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em 13 abr de 2021.

SANT'ANNA, C.L.; GUIMARÃES, C.F. Experiências sobre (in)visibilidade lésbica no ambiente universitário. **Saúde em Redes**, Rio Grande do Sul, v. 5, n. 1, p. 9-23, 2019.

SILVA, F.A. Terapia Afirmativa centrada na pessoa: uma proposta. **Anais XII CONAGES**, 2016. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/47892303-Terapia-afirmativa-centrada-na-pessoa-uma-proposta.html>> Acesso em 3 abr de 2021.

SILVA, S. G.; FRANÇA, A. N. Vidas Precárias: a performatividade na constituição das violências Fóbicas em Gêneros e Sexualidades. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 39, n. esp 3, p. 146-160, 2019.

TOLEDO, L. G.; FILHO, F. S. T. Lesbianidades e as referências legitimadoras da sexualidade. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, p. 729-749, 2010.

TOLEDO, L. G.; FILHO, F. S. T. Homofobia familiar: abrindo o armário 'entre quatro paredes'. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 65, n. 3, p. 376-391, 2013.

TOLEDO, L. G.; PINAFI, T. A clínica psicológica e o público LGBT. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 137-163, 2021.

VEZZOSI, J. I. P.; SEGUNDO, D. S. A.; RAMOS, M. M.; COSTA, A. B. Crenças e atitudes corretivas de profissionais de Psicologia sobre a homossexualidade. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 39, n. 3, p.174-193, 2019.

VITIRITTI, B.; ANDRADE, S. M. O.; PERES, J. E.C. Diversidade sexual e relações profissionais: concepções de médicos e enfermeiros. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 24, n. 4, p. 1389-1405, 2016.

ZAMBRANO, E. **Nós também somos família: estudo sobre parentalidade homossexual, travesti e transexual**. 2008. 236f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Porto Alegre (RS), 2008.